

Nota Pública da Frente Parlamentar Mista Ambientalista em defesa da agenda legislativa socioambiental

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista manifesta preocupação com os rumos recentes da pauta legislativa da Câmara dos Deputados, marcada pela priorização de proposições que representam retrocessos para a política ambiental brasileira, em contraste com o pouco espaço destinado às iniciativas voltadas ao fortalecimento da agenda socioambiental.

Por ocasião da Semana do Meio Ambiente, a Frente Parlamentar Ambientalista, em conjunto com organizações da sociedade civil e parlamentares de diferentes partidos, construiu uma agenda legislativa composta por 35 proposições voltadas ao fortalecimento da proteção ambiental, ao enfrentamento da crise climática, à conservação da biodiversidade e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, durante a definição da pauta e nos primeiros retornos das lideranças partidárias, revelou-se um cenário preocupante de baixa convergência em torno dessas propostas e, ao mesmo tempo, a tentativa de incluir projetos que representam retrocessos ambientais, descaracterizando a finalidade da Semana do Meio Ambiente.

Uma pauta temática só faz sentido quando há coerência entre sua finalidade e as matérias deliberadas. Não é aceitável utilizar a Semana do Meio Ambiente para apreciar proposições que fragilizam a legislação ambiental, reduzem instrumentos de proteção ou contrariam os compromissos assumidos pelo Brasil no enfrentamento da crise climática.

Esse desequilíbrio tornou-se ainda mais evidente com a aprovação de projetos e requerimentos de urgência para matérias que enfraquecem a proteção ambiental, reduzem salvaguardas legais e colocam em risco áreas protegidas e políticas públicas essenciais. Embora o regime de urgência seja um instrumento legítimo do processo legislativo, seu uso indiscriminado reduz o espaço para o debate técnico, limita a participação da sociedade civil e esvazia o papel das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, responsáveis pelo aperfeiçoamento das proposições, pela realização de audiências públicas e pela construção de consensos.

Entre as matérias que motivam esta manifestação destacam-se projetos que, na avaliação da Frente Parlamentar Ambientalista, fragilizam a legislação ambiental,

reduzem instrumentos de proteção ou representam riscos para a conservação da biodiversidade e o enfrentamento da crise climática:

- PL nº 2564/2025 – limita a adoção de medidas cautelares pelos órgãos ambientais no exercício da fiscalização.
- PL nº 5900/2025 – altera a Política Nacional do Meio Ambiente para vincular normas ambientais às diretrizes do Ministério da Agricultura e Pecuária.
- PL nº 364/2019 – reduz a proteção dos Campos de Altitude, comprometendo ecossistemas estratégicos para a conservação da biodiversidade.
- PL nº 2486/2026 – altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, promovendo mudanças na proteção territorial de uma importante unidade de conservação na Amazônia.
- PL nº 849/2025 – altera os limites da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, reduzindo a proteção de uma unidade de conservação federal.
- PL nº 2898/2025 – restringe a aplicação de medidas administrativas utilizadas pelos órgãos ambientais para combater infrações como desmatamento, garimpo e ocupação irregular de áreas protegidas.

A Frente Parlamentar Ambientalista repudia a priorização de proposições que representam retrocessos ambientais e reafirma seu compromisso com a defesa do meio ambiente, da democracia e da participação social. Lamentavelmente, as decisões recentes da Câmara dos Deputados revelam uma pauta cada vez mais distante dos desafios ambientais e climáticos enfrentados pelo país. O Brasil precisa de um parlamento comprometido com a proteção da vida, da biodiversidade e com um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Brasília 07 de Julho 2026

Deputado Federal Nilto Tatto
Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista